



E o dinheiro do petróleo que financiaria o Fundo Clima ficou no papel. Falhou a previsão da lei orçamentária de destinar R\$ 31 bilhões em 2026, que viriam da venda de direitos de exploração no pré-sal

Governo remanejou recursos e atrasou repasse ao BNDES. Ainda assim, o banco contratou em março R\$ 1,7 bilhão em empréstimos. A maior fatia do dinheiro vai para a produção de etanol de milho.

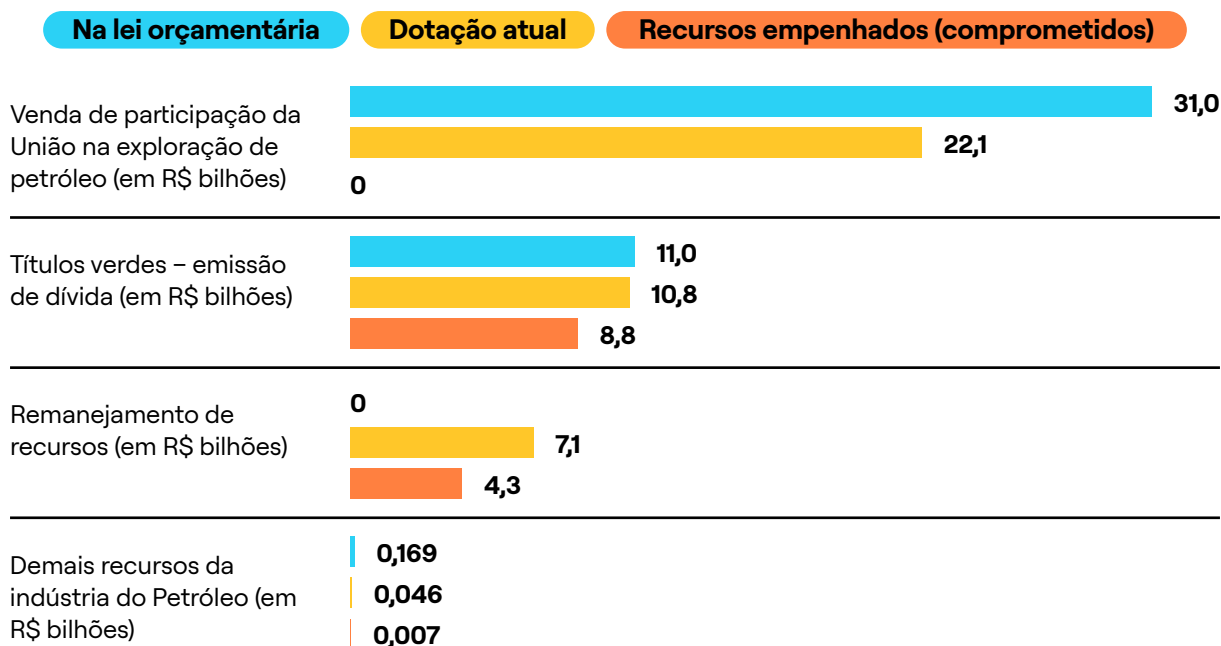
O principal instrumento de financiamento climático do país, que opera em parte por meio de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seria bancado neste ano por recursos vindos do petróleo. Na lei orçamentária anual de 2026, foram autorizados gastos de R\$ 31 bilhões que seriam obtidos com a venda da participação da União na exploração do pré-sal, dinheiro suficiente para cobrir os R\$ 27,5 bilhões destinados a essa parcela do Fundo Clima.

Mas a expectativa frustrou-se. Os R\$ 31 bilhões viraram menos de R\$ 22 bilhões, a serem obtidos no leilão agendado para o final de julho deste ano e que envolverá

23 blocos de exploração de petróleo⁽¹⁾, de acordo com o edital⁽²⁾. Para manter a autorização de gastos com o Fundo Clima e repassar os recursos ao BNDES, o governo teve de fazer um remanejamento de recursos e lançar mão do dinheiro obtido por meio da emissão de títulos verdes no mercado internacional.

O uso dos recursos do petróleo para financiar a transição energética representava uma mudança relevante no financiamento climático no país. Mas, por ora, não se confirmou. Dos recursos empenhados (comprometidos) até o início de maio (R\$ 13,154 bilhões), a parcela que veio do petróleo foi de apenas R\$ 7 milhões, o que representa apenas 0,05% do total.

GRÁFICO 1. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUEM DINHEIRO DO PETRÓLEO NO FUNDO CLIMA



Fonte: MPO, Painel do Orçamento Federal

(1) <https://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2026-04/proximo-leilao-de-exploracao-no-pre-sal-tera-23-blocos-oferecidos>

(2) <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opp/arquivos/edital/edital-opp-v02-02-06abril2026.pdf>



Apesar do atraso no repasse dos recursos ao BNDES, o banco registrou em março contratos de R\$ 1,7 bilhão. A maior parcela (70%) é destinada a financiar a transição energética, sobretudo a produção de etanol de milho, com empreendimentos em Mato Grosso, na Bahia e em Minas Gerais.

A prioridade para a transição energética e sobretudo à produção de biocombustíveis vem se mantendo como uma tendência na parcela do Fundo Clima destinada a empréstimos via BNDES, conforme balanço publicado na edição de fevereiro deste boletim.

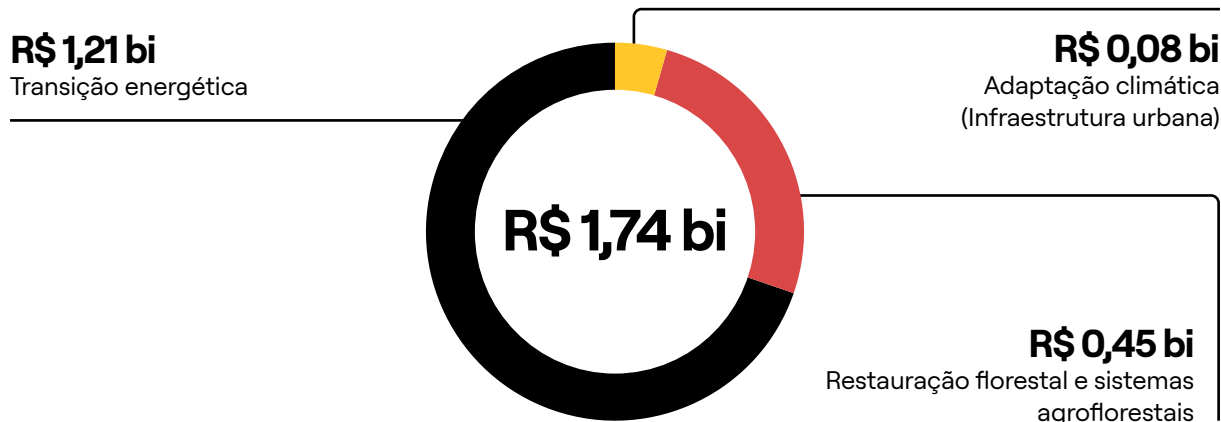
A restauração florestal e a implantação de sistemas agroflorestais aparecem na sequência, no volume de recursos contratados pelo Fundo Clima em março, com dois empréstimos no valor total de R\$ 450 milhões. O financiamento de florestas conta com os juros mais baixos da carteira do fundo, de pouco mais de 2% ao ano. Combinada com o combate ao desmatamento, a restauração florestal repre-

senta o principal pilar do Plano Clima, para o alcance das metas com que o Brasil se comprometeu na Convenção do Clima.

Os dados de contratos do Fundo Clima são lançados mensalmente pelo BNDES em seu site⁽³⁾, com uma defasagem de tempo de pouco mais de um mês. Em maio, foram divulgados os contratos celebrados até o final de março. Os juros desses empréstimos variaram entre 2,3% e 8,96% ao ano, bem abaixo dos juros de mercado. Em maio, depois de uma queda em abril, a taxa básica de juros (Selic) está em 14,5% ao ano.

Em março, também foram fechados dois contratos de financiamento para infraestrutura verde com o Estado do Acre, contabilizados como investimentos em adaptação à mudança climática. Neste ano, o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) do Fundo Clima tem como “meta aspiracional” a destinação de 20% dos recursos para adaptação. A restauração florestal também é contabilizada como investimento em adaptação.

GRÁFICO 2. O DESTINO DOS RECURSOS DO FUNDO CLIMA EM MARÇO



(3) www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/#

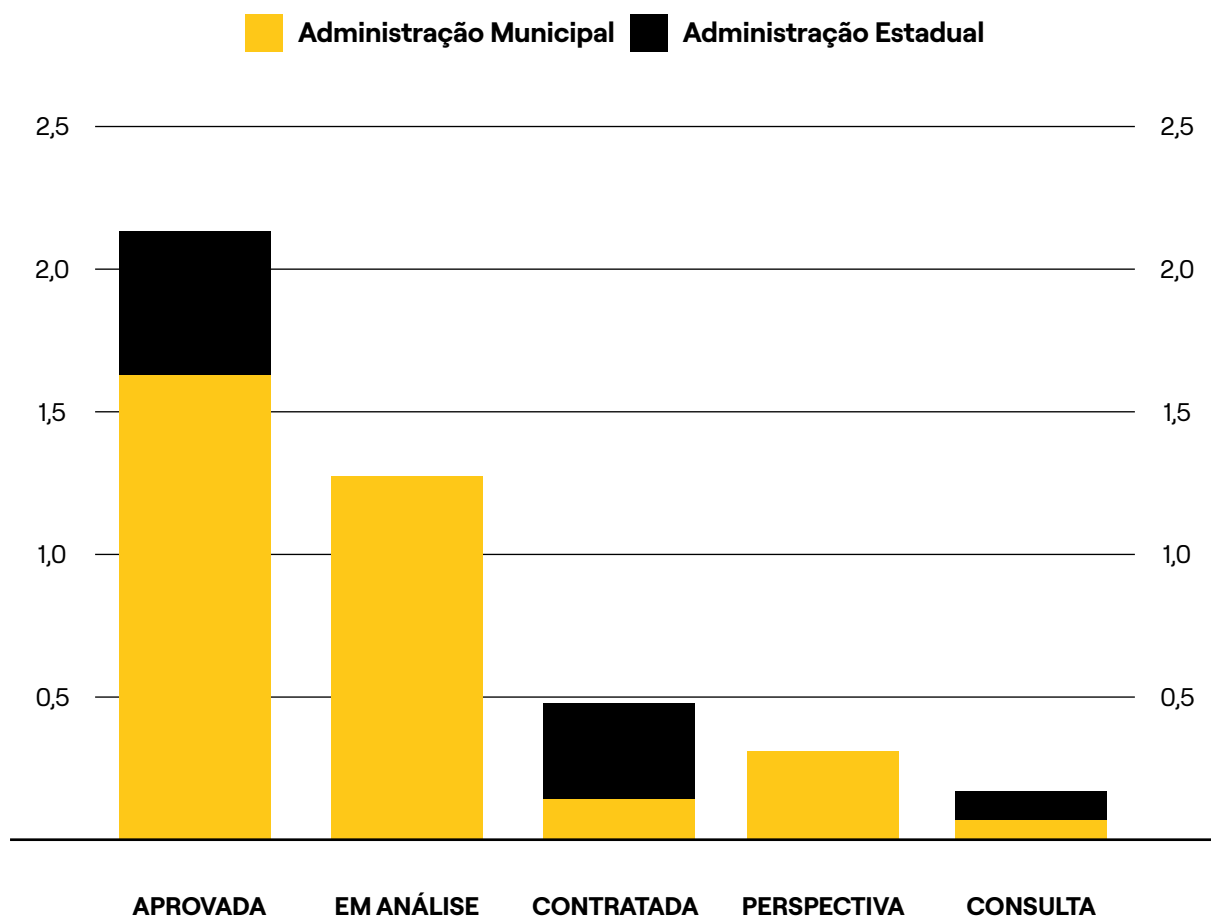
O financiamento a estados e municípios, que têm uma transparência maior no Fundo Clima, incluindo as etapas que antecedem a contratação dos empréstimos, também avançou. Além dos empréstimos contratados pelo Acre, outras quatro operações constam como aprovadas, todas elas para adaptação climática. Os recursos são, em grande parte, destinados à drenagem da água das chuvas, para evitar inundações. Os empréstimos aprovados beneficiam o

estado de Alagoas e os municípios de Piraquara (PR), Maricá (RJ) e Antônio Prado (RS).

Dados do BNDES mostram que há R\$ 1,3 bilhão de empréstimos a Estados e municípios em análise na carteira do Fundo Clima e outros R\$ 1,6 bilhão de créditos já aprovados aguardam a etapa final de contratação. A visualização abaixo passará a ser atualizada em breve no Monitor do Fundo Clima, na página do Instituto Talanoa na internet.

GRÁFICO 3. MONITOR DO FUNDO CLIMA

Valor do projeto segundo estágio atual do projeto (em R\$ bilhões)





O painel trará uma síntese com os principais indicadores dos empréstimos tanto para a descarbonização como para o aumento da resiliência às mudanças climáticas, a partir dos dados de contratos fechados no Fundo Clima. O Painel Fundo Clima do BNDES, no ar desde o ano passado, traz números a partir de empréstimos aprovados, que, no caso de empresas, são mantidos em sigilo até a assinatura dos contratos.

Com base no painel do BNDES, os empréstimos aprovados já alcançam R\$ 3,5 bilhões, enquanto os empréstimos contratados até março somam R\$ 2,2 bilhões.

Além dos financiamentos feitos diretamente pelo BNDES, uma parcela menor de recursos do Fundo Clima é repassada a cerca de 80 instituições financeiras credenciadas. Nessa modalidade, pessoas físicas, micro e pequenas empresas podem tomar empréstimos para investir em máquinas e equipamentos.

A aprovação e o acompanhamento das operações cabe a essas instituições. Em março, o Fundo Clima emprestou R\$ 29,2 milhões nas operações indiretas.

Na divulgação de informações sobre essas operações, não há dados sobre o objetivo dos financiamentos. Portanto, não se sabe qual é o destino do dinheiro nem a eficácia climática dos financiamentos. Trata-se de uma falha na transparência do principal fundo climático do país.

Na outra parcela do Fundo Clima, o EcoInvest, mecanismo de blended finance coordenado pelo Ministério da Fazenda, ainda não há perspectiva de lançamento de um quinto leilão. O resultado do quarto leilão tampouco foi divulgado. Os três primeiros leilões mobilizaram investimentos privados e externos estimados em R\$ 127 bilhões, por meio do aporte de R\$ 38,5 bilhões de dinheiro público (capital catalítico) desde 2024.



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa)